

Danilo Heber Gomes

Mestre em Direito; Especialista em Direito Processual Civil; Professor universitário.

ATO PROCESSUAL (IN)EXISTENTE

Curitiba
Juruá Editora
2013

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4220-0

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Escritório: Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal
Loja: Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Centro Comercial
D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

G633 Gomes, Danilo Heber.
Ato processual (in)existente./ Danilo Heber Gomes./
Curitiba: Juruá, 2013.
166p.

1. Direito processual. I. Título.

CDD 347(22.ed.)
CDU 347.9

000271

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....	19
Introdução.....	21
1 Premissas Básicas da Teoria do Fato Jurídico	23
1.1 Imprescindibilidade da Norma Jurídica.....	23
1.2 O Mundo Fático e o Mundo Jurídico.....	24
1.3 Norma Jurídica: Elementos e Estrutura.	27
1.3.1 O suporte fático: conceito	27
1.3.2 Fato jurídico, fato (real) e suporte fático: distinções.....	28
1.3.3 Elementos: nucleares e complementares	30
1.3.4 Ausência dos elementos do suporte fático	32
1.4 Juridicização: Um Fenômeno Jurídico	34
1.4.1 Incidência e aplicação da norma jurídica	34
1.4.2 Concreção do suporte fático.....	36
2 Do Fato Jurídico ao Ato Processual.....	39
2.1 Apreensão Conceitual do Fato Jurídico.....	39
2.2 Classificação do Fato Jurídico.....	40
2.3 Fatos Jurídicos Lícitos.....	41
2.3.1 Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i>	41
2.3.2 Ato-fato jurídico.....	42
2.3.3 Atos jurídicos <i>lato sensu</i>	43
2.3.3.1 Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	43
2.3.3.2 Negócio jurídico.....	44
2.4 Fatos Jurídicos Ilícitos.....	46

2.5	Fato Jurídico Processual	48
2.5.1	Ligação do fato jurídico processual ao processo	50
2.5.2	Fatos jurídicos processuais: lícitos	51
2.5.3	Atos jurídicos processuais: ilícitos	58
3	Uma Análise Sobre os Planos do Mundo Jurídico	59
3.1	Considerações Gerais	59
3.2	Plano da Existência.....	60
3.3	Plano da Validade.....	62
3.3.1	Decretação de invalidade.....	65
3.4	Plano da Eficácia	65
3.4.1	O pseudoefeito jurídico do ato material	68
4	Inexistência Processual.....	69
4.1	Origem da Teoria da Inexistência.....	69
4.2	Inexistências Jurídica e Material do Ato Comissivo.....	70
4.2.1	Inexistências jurídica e material do ato omissivo	72
4.3	Inexistência: Um Conceito Lógico-Jurídico	73
4.4	Pressupostos Processuais.....	76
4.4.1	Considerações iniciais acerca dos pressupostos processuais	76
4.5	Pressupostos Processuais e Requisitos de Validade	78
4.6	Extinção do Processo por Falta de Pressupostos Processuais: Uma Contradição Lógica	80
4.7	A Classificação dos Pressupostos e Requisitos Processuais.....	81
4.8	Os Pressupostos Processuais em Espécie	85
4.8.1	Órgão investido de jurisdição.....	85
4.8.2	Ato de demandar	87
4.8.2.1	Forma do ato de demandar	91
4.9	O Ato Juridicamente Inexistente	91
4.9.1	A impossibilidade de sanção do ato juridicamente inexistente.....	95
4.10	Decisão Judicial: Sentença	96
4.10.1	A apreensão conceitual.....	96
4.10.2	Plano de existência.....	98

4.11 A Decisão Omissa	103
4.11.1 Há preclusão para o pedido que não foi julgado? Uma análise crítica do Enunciado 453 da Súmula da jurisprudência dominante do STJ	106
4.12 Meios de Reconhecimento da Inexistência Processual.....	115
5 A (In)Existência Processual	121
5.1 Decisões Inconstitucionais	121
5.2 Competência Constitucional.....	123
5.3 Nulidades Processuais	127
5.3.1 Sanção de invalidade.....	130
5.4 A Decisão <i>Extra Petita</i> : Estudos Acerca da Sua (In)Existência.....	131
5.5 Inadmissibilidade.....	135
5.6 Condições da Ação.....	135
5.7 A Citação e a (In)Existência Processual.....	137
5.8 Análise do Processo Cujo Réu é Morto ou Inexistente	141
5.9 Análise do Processo Cujo Autor é Morto ou Inexistente.....	143
5.10 Análise dos Atos Processuais Praticados com Ausência de Procuração: Uma Crítica à Redação do Parágrafo Único do Art. 37 do CPC	147
Conclusões.....	151
Referências.....	155
Índice Alfabético.....	161